

# O ESPAÇO GRUPAL DE VIVÊNCIA LÚDICA COMO ESTRATÉGICA DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Fernanda de Fátima da costa \*

Ivana Marcomim \*\*

**Resumo:** O presente artigo origina-se da experiência de estágio curricular em serviço social desenvolvida junto a entidade Assistência Social São Luiz, do município de Florianópolis/SC. Parte do problema de estudo que busca compreender como o espaço lúdico do brincar pode contribuir para a atuação do serviço social com grupos? O estudo se fundamenta em pesquisa exploratória, bibliográfica com método qualitativo. Considera-se que a atuação do serviço social com grupos é de extrema relevância na medida em que busca contribuir para o desenvolvimento de estratégias de socialização e fortalecimento de vínculos, especial de considerar o espaço lúdico do brincar para o desenvolvimento da primeira infância, o que, em essência, é considerado um direito da criança e do adolescente.

**Palavras chave:** lúdico; brincar; grupo; direitos; serviço social.

Abstract: This article originates from the experience of curricular internship in social work developed with the social assistance entity São Luiz, from the city of Florianópolis/SC. Part of the study problem that seeks to understand how the playful space of play can contribute to the performance of social work with groups? The study is based on exploratory, bibliographical research with qualitative method. It is considered that the performance of social service with groups is extremely relevant in that it seeks to contribute to the development of socialization strategies and strengthening of bonds, especially to consider the playful space of playing for the development of early childhood, which, in essence, is considered a right of children and adolescents

**Keywords:** playful; play; group; rights; social service●

## 1. INTRODUÇÃO

A atenção às demandas da primeira infância exige um domínio próprio desta fase evolutiva, bem como as das exigências que são peculiares para o processo de socialização dos sujeitos desta fase.

Para além das dinâmicas pedagógicas ou psicopedagógicas pertinentes ao desenvolvimento desta fase de aprendizagem, há que se reconhecer que o ser social em formação apresenta aspectos próprios da formação da identidade social que advém do contexto familiar de vida, dos espaços de cuidados e formação nos quais se envolvem e que os formam, além do convívio com agentes da família estendida que podem caracterizar exigências e desafios de diferentes naturezas.

Considerando estes aspectos, observa-se o quanto se faz necessário construir diferentes formas e espaços de convívio para as crianças, especialmente na primeira infância, que expressem aspectos do ser social e das exigências de convívio deste ser em formação.

Não são poucas as famílias que, com maior ou menor grau de vulnerabilidade e risco social, se veem desafiadas a dividir os cuidados diários de seus filhos com instituições, sejam públicas ou do terceiro setor, que lhes deem as condições necessárias para poderem, enquanto provedores, garantir a subsistência familiar.

Dotadas de profissionais com formação e, em sua maioria, extrema dedicação, estas organizações desenvolvem suas práticas sustentadas pelo processo de vinculação e parceria com políticas públicas, sejam da assistência social ou da educação, exercendo essencial contribuição às famílias atendidas e suas crianças. A partir destas compreensões e seus desafios, nasce o presente estudo que resulta da experiência de estágio curricular em serviço social exercida junto a Instituição\_ Assistência social São Luiz. Como organização vinculada a Política Nacional da Assistência Social – Lei Nº8862\93 e regida pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o Projeto Esperança desenvolvido nesta organização atua na convivência e fortalecimento de vínculos que faz parte dos serviços de proteção social básica do referido SUAS.

O enfoque deste projeto volta-se a compreensão do brincar assim como as brincadeiras devem sempre estimular a interação das crianças com outras crianças, bem como visa auxiliar na socialização na cooperação e principalmente provocar na criança o trabalho com a imaginação.

Conforme Pedroza (2005) elucida, através da brincadeira, a criança tem a possibilidade de experimentar novas formas de ação, executa-la ser criativa, imaginar situações e reproduzi momentos e interações importantes de sua vida, significados – .Neste contexto, considera-se que o serviço social tem relevante contribuição como mediador do processo de estimula à formulação de estratégias de convívio que melhor atendam demandas na natureza social do ser em formação. O presente estudo parte da busca de compreender: como o espaço lúdico do brincar pode contribuir para a atuação do serviço social com grupos?

Acredita-se que tal compreensão possa dar visibilidade para o significado e a para a representação de iniciativas desta natureza, bem como possa contribuir a compreensão ou (re) significação do espaço do brincar para demandas sociais individuais e/ou grupais.

## **2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS**

### **2.1 compreendendo o significado de espaço lúdico e da vivencia grupal para o processo de desenvolvimento e socialização humana.**

O processo de socialização de crianças envolve uma série de processos e estratégias, as quais são essenciais para o pleno desenvolvimento desta fase evolutiva. Neste contexto o espaço lúdico representa mais do que um espaço livre para interação social, mas consolida-se como um espaço de desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para todo ser em formação.

O espaço lúdico pode ser entendido, com formas de brincadeiras alegres e descontraídas, reflexivas ou imaginativas, dando a criança a possibilidade de agir e interagir no seu mundo e expressar-se com maior facilidade de ouvir, respeitar e discordar de opiniões, tornando-se ótimas oportunidades para introdução de novas habilidades e conhecimento.

Este espaço normalmente se consolida através de estratégias grupais que favorecem a convivência a compreensão das diferentes identidades humanas, considerando sua diversidade.

Por grupo podemos entender:

O trabalho com grupos é uma prática inerente à cultura profissional do assistente social e está presente no trabalho de campo desde seus primórdios. Mesmo após todas as mudanças pelas quais o Serviço Social brasileiro experimentou -em especial com movimento de re-conceituação -este instrumento permanece ocupado um importante lugar no arsenal técnico operativo de seus profissionais. Muitas são as formas de se explorar a dimensão político-pedagógica do assistente social durante um trabalho grupal. Moreira (2013, p.11)

Um indivíduo é membro de mais de um grupo social que contribui para a importância de seu bem-estar. É estando dentro deles que as pessoas se integram na sociedade e satisfazem suas necessidades, que muitas vezes não conseguem resolver sozinhos.

Observe uma criança. Com o passar do tempo ela cresce e vai sendo incluída em outros grupos. Ou seja, o homem vive em grupos desde o nascimento até a morte, conforme as palavras de Zélia Torres. (1983, p11)

É a relação social a responsável por nos tornar humanos. Inicialmente, temos as necessidades biológicas, porém, qualquer pessoa necessita sentir identificação, pertencer a um grupo e, assim, relacionar-se e passar a ter relações sociais.

A necessidade de pertencer a um grupo não está ligada apenas a idade infantil ou vínculo familiar, primeira experiência grupal dos indivíduos. O resultado é um indivíduo com coragem para correr novos desafios. Relacionamento pode ser profundos ou superficiais, porém, ambos são importantes para a construção do indivíduo. Os denominados grupos

Primários são grupos sociais em que os indivíduos possuem como características básicas o fato de se conhecerem melhor, laços afetivos mais íntimos; grupos menores; informais; contatos diretos; convivência maior e as necessidades afetivas mais vivenciadas. (TORRES, 1985). Ou seja, neste grupo, como escreve como escreve Torres (1985, p.13) o indivíduo se sente mais à vontade e onde não somente recebe como dá mais amor. O principal grupo primário é a família, responsável pela formação que permite ao indivíduo viver bem em uma determinada sociedade.

Ainda refletindo sobre o grupo primário, Torres (1985, p.13) expõe;

É o grupo que lhe dá origem e conseqüentemente aquele do qual ele depende mais e com quem afetivamente tem mais compromisso. É através dele que a pessoa consegue se colocar mais segura e espontânea no mundo, porque é nela que aprende a estabelecer os contatos afetivos mais intensos e significativos, também chamado de contatos simpáticos.

Portanto, o grupo primário tem uma grande influência na formação social dos indivíduos, mas não consegue atender suas necessidades integrais. É com a evolução do ser humano, da vida em sociedade que outras funções foram repassadas a outros grupos além daquele que compõe a família. Já os grupos secundários são maiores que os primários e sua existência são necessários para que haja a integração entre os indivíduos para além da família. (TORRES,1985) por isso, suas características estão baseadas em relacionamento com curta ou longa duração, alguns com relações mais indiretas e o conhecimento entre os indivíduos pode ser menor, assim como o envolvimento afetivo também é menor.

Alguns exemplos de grupos secundários: grupos de trabalho, práticas esportivas, associações, grupos de idosos, de mulheres, de adolescentes, entre outros.

Os grupos configuram-se com um dos espaços de socialização, dentre os vários que acompanham a vida do ser social. Neste contexto os espaços de aprendizagem lúdica consolidam-se como espaços de reconhecimento e garantia de direitos.

O lúdico acaba por trazer um simbolismo que orienta a compreensão sob formas diferenciadas de ver algum aspecto. Ele traduz uma questão real em manifestações simbólicas correlatas que exploram a imaginação, a reflexão e o amparo para a compreensão processual e formativa do saber e do compreender, especialmente se buscar trazer a visão dos sujeitos para seu empedramento considerando a diversidade da personalidade em formação.

Trabalhar com espaços lúdicos grupais, especialmente os fundamentados no brincar, representa uma forma próxima de linguagem e compreensão da criança para contribuir com o ser social que se forma em, para e com a coletividade em seu convívio.

## **2.2 os direitos da criança e do adolescente: questões essenciais para o desenvolvimento sadio**

Ao considerar a natureza do espaço grupal do brincar lúdico de convívio e aprendizagem podemos dizer que estamos consolidando espaços de direitos que favorecem o desenvolvimento infantil.

O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito de direitos consolida-se a partir do ECA – Lei N°8.069, de 13 de julho de 1990. O Artigo 3° do ECA, preconiza:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Já seu Artigo 4º, define que:

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade,

ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, a violência, crueldade.

Os espaços educativos podem aqui ser entendidos como todos os que recebem, acolhem e atendem a criança em desenvolvimento, pois cada um deve considerar seu grau de responsabilização pelo ser em formação.

Complementa este conjunto de direitos que devem ser asseguradas a criança e ao adolescente, demais políticas Inter setoriais como saúde, educação e assistência social.

Esta última consolidada a partir da Lei Nº 6.564 Lei Orgânica das Assistência Social, prevê, a implementação do SUS iniciou em 1990 com a aprovação da Lei orgânica da saúde (LOAS), a qual especificava as atribuições e a organização do SUS.

O projeto da reforma sanitária foi retomado e, em 1994, quando foi lançado o programa de saúde da família (PSF), inicialmente voltado a extensão de cobertura assistencial focalizada em área de maior risco social.

Complementa esta lei as determinações advindas do Sistema Único da Assistência Social - SUAS estabelece a tipificação dos serviços e equipamentos da assistência social e prevê a articulação e complementaridade de serviços através da integração das organizações do terceiro setor que também compõem a rede de promoção, proteção e garantia de direitos.

O terceiro setor pode ser entendido como. No que se refere à visibilidade do terceiro setor, salienta-se que, em meados da década de 1970, o capitalismo, em uma de suas reestruturações, levou o sistema produtivo e a sua consequente política de recursos humanos a mudanças substanciais de caráter estratégico, conforme salienta Hobsbawn (1995) e Thurow (1997). Nesse mesmo período, as Organizações Não Governamentais (ONGs) estabeleceram-se nos países desenvolvidos e, rapidamente, se espalharam pelo mundo, ampliando consideravelmente o número de organizações caritativas e sociais existentes. De acordo com Fernandes (1997, p. 16), a atividade associativa ganha impulso nos anos 70 e acelera de 80 para cá. (...) uma nova forma institucional ganha corpo no período e introduz um estranho neologismo reconhecido hoje nas mais diversas línguas – as Organizações Não Governamentais – as ONGs. De simples senha compartilhada, o termo ONG tornou-se uma espécie de logomarca, retardando a identificação e a significação do termo terceiro setor. Com a Constituição de 1988, a qual estabelece como princípio básico a ampliação da participação da sociedade na esfera pública, a Lei, pela primeira vez, reconhece que a tarefa pública é dever do Estado e da sociedade. Tratasse de uma tentativa de construir o Estado a partir da Sociedade e sob o seu controle. Podem-se reconhecer os indicadores deste movimento em leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e, também, na disseminação de Conselhos (Municipais, Estaduais e Nacionais paritários), para definir diretrizes públicas, e no próprio fortalecimento do município. (NASCIMENTO, 1999). O Estado busca redefinir seu papel como fomentador das políticas sociais, mas não necessariamente como executor. Procura diminuir o seu tamanho na medida em que adota os princípios neoliberais, ampliando e fortalecendo as organizações civis. Há que se considerar também a globalização (econômica e tecnológica), fenômeno que passa a exigir maior competitividade. É neste contexto que devem ser compreendidas as leis que

instituíram as Organizações Sociais (OS), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e a Comunidade Solidária. (NASCIMENTO, 1999).

As ONGs ganham visibilidade e colocam-se diante da necessidade de buscar um novo posicionamento e uma nova institucionalidade frente à sociedade e ao Estado, considerando as conquistas democráticas alcançadas. A Eco 92 é um marco definitivo do reconhecimento, por parte do governo, desta gestão expressando uma mudança gradativa da agenda: nem assistencialismo, nem revolução, e sim, desenvolvimento sustentável, a partir da construção de soluções locais. (NASCIMENTO, 1999). Neste novo paradigma de atuação na área social (que transformou igrejas em ONGs), as entidades assistenciais (filantrópicas) buscam incluir-se no conceito de ONGs, enquanto as empresas buscam, também, seu lugar nas ações relacionadas ao setor social por meio de suas fundações e institutos.

De acordo com Landim e Vilhena (1998), a volta da atuação de organizações voluntárias ao Brasil permite concluir que nunca houve políticas coerentes e contínuas com relação a elas e, embora essa relação não fosse definida como uma agenda e ocupasse sempre uma posição marginal nas preocupações governamentais, essas organizações sempre se fizeram presentes nas práticas das políticas públicas.

Na sociedade brasileira, foi lenta e tardia a conformação de um contexto propício à permeabilidade e transparência de atuação das organizações da sociedade civil e nas suas relações com o Estado, com as políticas públicas e com o mercado.

### **3. METODOLOGIA**

O estudo foi desenvolvido a partir da experiência de estagio curricular em serviço social, configurando-se como pesquisa exploratória, pois se trata de desencadear um processo de investigação que investigue a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se queira estudar. São consideradas as pesquisas que visam aproximar o pesquisador de um problema pouco conhecido sobre de maior familiaridade com o que se queira pesquisar problema de pesquisa (ARAÚJO,2005)

Ainda se utilizou pesquisa bibliográfica constituem-se na consulta a acervos bibliográficos já existentes para formulação de dados que estão registrados em referências construídos.

Trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revista, publicações avulsas e impressas escritas. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito sobre determinado assunto (LAKATOS; MARCONI,1983, p.45)

Para CARVALHO (2006, p.100) a pesquisa bibliográfica é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informações escritas para coletar dados gerais ou específicos a respeito de determinado tema. Há três momentos essenciais deste processo Identificação de fontes seguras, localização destas fontes, compilação destas informações segundo MARCONI e LAKATOS (1983). Observe que toda pesquisa implica em lavamentos de dados, que podem ser extraídos de várias fontes, independentemente dos

medos e técnicas empregadas. Todavia destacam-se dois processos pelos quais se obtém os dados: de documentação direta: os dados são extraídos do próprio local onde ocorrem os fenômenos, podendo ser executado através de pesquisa de campo ou de pesquisa de laboratório; de documentação indireta: os dados são obtidos em coleta junto a outras pessoas, podendo ser de material já elaborado ou não.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica realiza levantamentos de bibliografia já publicadas, podendo ser apresentada em forma de livros, diversos tipos de publicações avulsas, revistas e demais escritos impressos.

O estudo tem natureza quant-qualitativa, pois trará indicadores que expressam descrição numérica da realidade, além de aspectos de representação e significação da realidade com dados subjetivos.

Os dados quantitativos descritos de modo estatístico e os dados qualitativos serão descritos a partir das informações coletadas e a partir dos conceitos de apoio. Os dados qualitativos se ocupam com um nível de realidade que não pode não deveria qualificado. Ou seja, ela trabalha o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (MINAYO, 2007, p.21)

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Caracterização da realidade das crianças atendidas no Projeto Esperança**

A Assistência Social São Luiz é uma entidade vinculada à Paróquia São Luiz e Nossa Senhora de Lourdes de Florianópolis-SC, que possui vários projetos sociais: o

“Projeto Esperança”, Convivência com Idosos, Bazar e Brechó, Criança Feliz, entre outros, desenvolvido por colaboradores e voluntários e apoiado pela Secretaria de Assistência Social do município de Florianópolis. O estágio supervisionado foi realizado no “Projeto Esperança”, que atende aproximadamente 110 crianças de 06 a 15 anos, no contra turno escolar, com atividades como apoio pedagógico, oficinas de diversas atividades lúdicas, recreação e alimentação, servindo como apoio às famílias das comunidades do bairro Agrônomico, em Florianópolis-SC.

A instituição desenvolve seus trabalhos visando à promoção humana e o desenvolvimento comunitário, referentes à educação, lazer e assistência, com o objetivo de promover o indivíduo, melhoria da qualidade de vida, exercício da cidadania e desenvolvimento comunitário. Atua diretamente nas comunidades vulnerabilidades e, para tanto, tem parcerias firmadas com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, com Centros Comunitários e Capelas, além de integrar a Ação Social Arquidiocesana.

A missão desta organização é “Promoção da vida e formação humana de crianças, adolescentes, famílias e idosos, visando ao desenvolvimento comunitário, a inclusão social e uma Sociedade mais justa e igualitária Sendo sua visão “Fortalecer a prática da

cooperação, congregando pessoas e organizações para o alcance de objetivos comuns, ampliando a visibilidade dos projetos sociais, até 2020”. (Projeto Político Pedagógico do Projeto Esperança, 1952)

A instituição ainda possui como valores

**Educação** – formar para a autonomia, o protagonismo, a responsabilidade, a cooperação, visando prepará-los para a vida social e comunitária.

- **Humanização** – transmitir valores humanos em todas as dimensões.
- **Solidariedade** – comprometimento coletivo em servir ao próximo e às comunidades,
- **Justiça social** – ações concretas e cotidianas que promovam a dignidade do ser humano, sem distinção e em igualdade de condições, visando a melhoria da qualidade de vida.

**Direitos Humanos** – atuar na defesa e promoção dos direitos visando o exercício da cidadania”. (Projeto Político Pedagógico do Projeto

Esperança, 1952, s/p)

O atendimento ao público é realizado por uma equipe especializada contando com professores cedidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, assistente social, assistente administrativo, oficineiros, cozinheiras, serviços gerais, motorista, estagiários, voluntários, entre outros, o que totaliza uma equipe de aproximadamente 20 pessoas. Há prioridade para as crianças e adolescentes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, beneficiárias do BPC e em especial as que estão sujeitas a violência e ou negligência, em situação de abuso e em medida de proteção do ECA, bem como as que frequentam escolas da rede municipal de Florianópolis.

São comunidades em que predomina o risco social e pessoal, com famílias em situação de risco, cujas residências estão localizadas no meio do narcotráfico. O perfil profissional dos pais é o trabalho informal na construção civil e grande maioria desempregados. Um grande número de mães trabalha como diaristas e permanece todo o dia fora de casa.

Evidencia-se que muitas destas crianças e adolescentes convivem com realidades cruéis como: a droga, a violência, a insegurança de poder brincar nas ruas, limites de território impostos por terceiros que controlam as comunidades, violência familiar e a ausência dos pais por motivo de trabalho, dificultando uma maior presença na vida de seus filhos. A média do nível de escolarização dos pais é o ensino fundamental incompleto.

A partir destes aspectos entendemos como fundamental a existência entende-se como fundamental o desenvolvimento de ações socioeducativo para o desenvolvimento de atividades extraescolares com crianças e adolescentes envolvendo atividades pedagógicas, de esporte, oficinas, recreação e lazer.

Em linhas gerais, as intervenções buscam quanto ao impacto social transformações positivas e duradouras e ao desenvolvimento das crianças e adolescentes participantes, especialmente que:

Sejam participativos; tenham autonomia para aprender a tomar decisões e exercer seus direitos; interajam socialmente com o meio onde vivem; tenham melhoramento no índice de rendimento escolar; saibam apreciar a cultura, o esporte, a aprendizagem, as oportunidades; tenham atitudes ecologicamente corretas; que sejam responsáveis, comprometidos com seu processo de aprendizagem; que saibam respeitar e conviver em harmonia com colegas, professores, colaboradores, voluntários e familiares  
(BERNADETHI,s/d; p.199)

Em linhas gerais o objetivo geral da maior parte dos projetos e possibilitar atendimento na educação complementar para aproximadamente 100 crianças e adolescentes, moradores das comunidades da Agrônômica, em caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, visando à promoção humana, o desenvolvimento comunitário, a melhoria da qualidade de vida e alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (YGOTSKYLS,2002).

São ainda objetivos das ações na organização:

Atender às crianças e adolescentes no período contrário a escola, assegurando-lhes acompanhamento socioeducativo em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no que se refere ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; Desenvolver atividades pedagógicas, lúdicas, culturais e de formação para a vida, junto às crianças e adolescentes visando seu pleno desenvolvimento e o exercício da cidadania; Realizar atividades estimulantes e inovadoras que possibilitem uma visão mais ampliada da sociedade, do mundo, a fim de despertar potencialidades, novas perspectivas e o protagonismo; Oferecer espaços de aprendizagem de hábitos cotidianos, como de higiene, saúde, alimentação e socialização por meio de oficinas de trabalho (Projeto Político Pedagógico do Projeto Esperança, 1952, s/p)

Partindo desta compreensão a acadêmica buscou desenvolver sua prática de modo a contribuir com a realidade desta imprescindível organização que consolida o acesso a direitos à inúmeras famílias das comunidades citadas.

#### **4.2 as estratégias para o fortalecimento de vínculos: uma experiência de formação em serviço social**

A atuação do serviço social na entidade desenvolve-se a partir de uma equipe de dois profissionais, sendo uma delas atuante na diretoria da Assistência Social São Luiz e uma Assistente Social que exerce também a função de coordenadora do Projeto Esperança. A entidade trabalha com uma equipe bem restrita na área administrativa, sendo que o Projeto Esperança é quase que exclusivamente coordenado e executado por uma Assistente Social.

A função principal da Assistente Social na instituição é a coordenação do Projeto Esperança, que atende aproximadamente 100 crianças e adolescentes. Além da coordenação geral, a Assistente Social é responsável e executa as seguintes funções:

□ Coordenar, orientar e supervisionar o trabalho técnico-administrativo do projeto; Elaborar, implementar, assessorar, coordenar e executar políticas sociais públicas, privadas e filantrópicas no âmbito da Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência) e também no meio ambiente, no lazer, na educação e outras áreas; Elaborar, coordenar, executar e avaliar plano, programas e projetos na área do Serviço Social; Realizar pesquisas e estudos para conhecimento da realidade social; Assessoramento e consultoria em documentação a ser entregue a Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social entre outros órgãos públicos; Realização de vistorias, perícias técnicas e laudos e pareceres sociais; Elaborar relatórios de todos os projetos e programas para manutenção dos convênios com a Secretaria Municipal de Educação e de Assistência Social; Prestar orientação social e encaminhamentos a indivíduos, grupos e população; Coordenar as reuniões técnico-administrativas; Coordenar a elaboração do Planejamento Anual de Ação e do Planejamento Operacional; Zelar pelo trabalho em equipe; Elaborar projetos para captação de recursos; Acompanhar a elaboração do Projeto Pedagógico anual (...) Propor e acompanhar encontros de estudo e planejamento; Acompanhar o encaminhamento de crianças e adolescentes a serviços especializados quando necessários; Participar na elaboração de projetos junto a instituições financiadoras para captação de recursos (...) Proceder às inscrições para admissão de crianças e adolescentes no Programa; Realizar avaliação visando à seleção das famílias para atendimento; Providenciar junto às famílias a documentação das crianças e adolescentes, necessárias para admissão; Organizar e manter atualizado o prontuário das crianças e adolescentes; Planejar e Coordenar as reuniões de pais (...) (Político Pedagógico Projeto Esperança, 1952)

Como se observa a atuação do serviço social na organização desenvolve-se em todos os níveis para gestão, planejamento, monitoramento, atendimento e avaliação dos serviços e das relações da organização com as políticas a ela vinculadas.

Visando contribuir com esta realidade a acadêmico desenvolveu sua atuação junto ao Projeto Esperança com o objetivo geral de apresentar às crianças de forma lúdica e prazerosa, a importância da convivência em grupo, auxiliando na sua formação como um cidadão consciente do seu espaço na sociedade, respeitando a coletividade. Neste enfoque a atuação acadêmica voltou-se ao estudo e desenvolvimento da inserção de jogos lúdicos nas atividades desenvolvidas no Projeto Esperança. Atuação do assistente social em grupos é oportunizar a participação dos sujeitos e envolver o indivíduo dentro de um grupo. É uma relação entre seus interesses e participações de decisões, apesar de ser possível que sua opinião seja diferente da maioria do grupo. Quanto maior a participação de um grupo, maior a possibilidade de democratizar as suas relações.

A participação em grupos exige a pré-disposição para dividirmos nossas experiências ou expectativas com os demais participantes do grupo, é um encontro de sujeitos com história de vida e vivências diferenciadas, é a prática do encontro. No trabalho com grupo está alinhada com a formação de indivíduo que faz parte dele. Portanto, o vínculo entre os participantes do grupo é de importância singular para o direcionamento democrático e coletivo das suas ações.

O processo metodológico fundamentou-se em metodologia grupal, dialogal, através de interações de brincadeiras lúdicas que promoviam a integração das crianças que tinham o convívio estimulado e alguns valores como empatia, respeito, escuta, cooperação, para o atividade e valorização do convívio coletivo como elementos reflexivos através do brincar e dos diálogos adaptados pelas o lúdico.

O encontro ocorria uma vez na semana com as crianças do projeto esperança eram realizados na quinta feiras das 12.00 as 16.00 mais com intervalo entre os horários, atuando com 20 crianças.

Quanto a dificuldade salienta-se nesta realidade a falta de espaço esquecendo-se que hoje em dia, as atividades lúdicas devem sempre trazer algo novo para aguçar a criatividade e curiosidade das crianças, deve-se instigar a brincadeira, mas nunca obrigar.

Neste processo observa-se a contribuição do Serviço Social no campo que ele executa, participa, orienta e constrói com todos os usuários que estão inseridos no processo educativo, norteando pela política educacional, social e proposições e ações voltada para a qualificação continua dos sujeitos, para que se garantam um convívio de qualidade, como direito de toda criança. É uma profissão inserida na divisão sócio técnico do trabalho, para atender as demandas tradicionais e emergentes da sociedade. A prática profissional também é orientada pelos princípios e direitos firmados na constituição Federal de 1988 e na legislação complementar referente as políticas sociais e aos direitos da população, além de respeitados Código de Ética Profissional. O Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social – PEPSS é um importante instrumento balizador da ação profissional comprometida com a defesa e a efetivação de direitos. Adotada princípios que abordam a dialeticidade do exercício profissional como forma de colocá-lo em sintonia com a realidade social. Essa dialeticidade tornasse importante, de acordo com a reflexões de MARTINELLI (1998, p.147), ao apontar que “ toda a prática social que realizamos é teoria em movimentos”.

Por essa percepção, o Código de Ética e seu conteúdo filosófico e normativo estabelece uma nova relação entre com a profissão, com caráter político que movimenta saberes; além de uma nova relação entre os profissionais e a sociedade.

O PEPSS é um fruto de um Serviço Social ‘consolidado e maduro’ apresenta a autoimagem da profissão, indica seus rumos para a atuação do assistente social, vinculasse a posições ideológicas e de reconhecimento social cotidianamente. Neste sentido observa-se o alinhamento do processo desenvolvido com a busca de formação para a

Cidadania, para a promoção da liberdade e do reconhecimento do valor da dignidade humana em sua mais tenra idade de formação.

Durante o processo de execução do projeto observou-se satisfação de atingir outros grupos que não estava prevista para atividade e assistindo ao brincar com as crianças selecionada solicitaram para participar também. O projeto de intervenção foi importante tanto para o meu desenvolvimento quanto para as crianças, pois além de cumprir os objetivos estabelecidos, também pude participar da maioria das atividades desenvolvidas pelo serviço social, podendo assim associar a prática com a teoria aprendida.

De acordo com IAMAMOTO (2003):

Na articulação entre a realidade sócio –histórica na qual a profissão se movimenta, considerando seus limites e possibilidades, e a dimensão profissional, que compreende a resposta técnico –profissionais da assistente social. Essas respostas envolvem metodologias e instrumentais que no cotidiano da ação profissional, permitem a concretização dos projetos, bem como a intervenção, constituindo-se em elementos fundamentalmente necessários á objetivação da ação profissional, sendo parte da direção teórico da profissão.

O principal impacto das ações para o público alvo e para a instituição é ter mais espaço para as crianças poder brincar, com mais segurança, possibilitando um melhor desenvolvimento social para cada educando. Ao decorrer da execução foi feita também

solicitação de brinquedos novos e outros foram recebidos em doações. E nos dias que as crianças não pode ir para o pátio por questões da igreja, a coordenação está se mobilizando para que isto seja resolvido e que o educando possa voltar a brincar todos os dias que estive no projeto Esperança.

Devido à grande variedade de funções na entidade, o nível de conhecimento e habilidades a ser exigido do Assistente Social é muito amplo, pois são necessários muitos conhecimentos além da área de assistência social: na área da educação, administração, relacionamento e articulação com pessoas dentro e fora da entidade.

A entidade apresenta muitos desafios, pois atua em uma comunidade de pessoas com inúmeras vulnerabilidades, onde há muitas crianças e adolescentes que vivem em situação de risco de violência e exclusão social ha que estabelecer um processo de atenção publica em rede e complementariedade de políticas de direitos. Cabe ao profissional do Serviço Social potencializar valores como a ética, o respeito e o crescimento pessoal e identificar juntamente com os profissionais de educação, as crianças e adolescentes que necessitam de um acompanhamento especial, dando a devida orientação e encaminhamento. O exercício profissional envolve a construção de novos instrumentos e práticas, novas concepções e posicionamentos frete às atuais demandas, desemborcando necessárias transformação social, cuja participação nos espaços instituídos torna-se imprescindível para a formação das futuras gerações de cidadãos. O assistente social, inserido em posto de trabalho vinculados aos Estados e à sociedade, passa a desempenhar importante papel de educador político, sendo, como nas palavras de LAMATO (2001, p79) “um educador comprometido com uma política democrática.” Nesse sentido, coloca-se ao profissional do serviço social a ocupação dos novos espaços institucionais (dentre eles os conselhos de Direitos) como um campo de ação que supera o corporativismo, as validades institucionais (por parte do Estado e de organizações da sociedade civil) e as ações fragmentadas, constituindo –se no caminho para ações propositivas de políticas, em sintonia com as necessidades sociais.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

1. A partir do estudo realizado e com a experiência vivida no estágio na assistência social são Luiz foi observado quanto é importante para a criança crescer um espaço que proporciona uma socialização com outras crianças para ser devolvido suas habilidades e conhecimento, pois também foi observado que quando a criança está brincada ela também está aprendendo. Neste processo de formação de vinculo é importante atuação do serviço social. Neste contexto, considera-se que o serviço social tem relevante contribuição como mediador do processo de estimula à formulação de estratégias de convívio que melhor atendam demandas na natureza social do ser em formação. Também o serviço social conta com instrumento que ajuda auxiliar para esta formação do ser humano. O projeto ético político profissional do Serviço Social é importante instrumento balizador da ação profissional comprometida com a defesa e a efetivação de direitos. Adotada princípios que abordam a dialeticidade do exercício profissional como forma de colocá-lo em sintonia com a realidade social.

Essa dialécticidade torna-se importante, de acordo com a reflexão de Maria Lucia Martinelli (1998, p.147), ao apontar que toda prática social que realizamos é teoria em movimento, por essa concepção, Código de Ética e seu conteúdo filosófico e normativo estabelece uma nova relação com a profissão, com caráter político que movimenta saberes; além de uma nova relação entre os profissionais e a sociedade. O serviço social também conta com outra ferramenta importante na sua profissão que é o trabalho em grupos que se faz importante nesta fase de formação de vínculo é importante instrumento para socialização e formação para as crianças. O trabalho com grupo é uma prática inerente à cultura profissional do assistente social e está presente no trabalho de campo desde seus primórdios. Mesmo após todas as mudanças pelas quais o serviço social brasileiro experimentou- em este instrumento permanece ocupando um importante lugar no arsenal técnico-operativo de seus profissionais. Muitas são as formas de se explorar a dimensão político-pedagógica do assistente social durante um trabalho. MOREIRA (2013, p.11).

## **6. Referências bibliográficas.**

ARAUJO, Nícia Fortkamp. de pesquisa social. Mimeo,2005

KISNERMAN, Natalio. Serviço social em grupos: uma resposta ao nosso tempo; tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: vozes. 1997.

KONAPKA, Gisela. Serviços Social de grupo: um processo de ajuda. Tradução de Adolpho José da Silva 4º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1997.

NETTO, José Paulo. O movimento de conceituação -40 anos depois. Revista serviço social e sociedade N°84. São Paulo, Cortez,2005.

IAMAMOTO, Marilda vilela. Renovação e conservadorismo no Serviço social- Ensaio Críticos. São Paulo: Cortez editora,1992.

Lima, Lauro de oliveira, história da Educação no Brasil: de pombo a passarinho.3, ed. Rio de Janeiro: Brasilia,1974.

Pedroza (2005)

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. O trabalho com grupos em serviço social: a dinâmica de grupos com estratégias para reflexão crítica. Cortez; São Paulo,2013.

TORRES, ZELIA. Ação social dos grupos.2 edições. Petrópolis: vozes,1985

YGOTSKY, L S; A formação social da mente. São Paulo: Editora Martins fontes, 202.

BARROCO, Maria Lucia; Terra, Sylvia Helena. Código de Ética Profissional.

Do assistente social comentando. Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, (organizador). São Paulo: Cortez.

Oliveira, Marta Kohl. VYGOTSK. Aprendizagem e desenvolvimento, um processo histórico. São Paulo: Scipione.1998.

De acordo com Fernandes (1997, p. 16) SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor - uma revolução associativa global. In: Revista de Administração. São Paulo, v.33, n.1, p. 5 - 11. Jan. /Mar, 1998